



LEI N° 6665

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

PUBLIC LAW		SECURITY CLASS			DATE		BY		REASON	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11



.....

c) indicação das dotações orçamentárias, por onde correrão as despesas e o respectivo exercício financeiro;

d) o período para sua aplicação e despesa a que se destina o adiantamento, dentre das contidas no art. 1º.

Art. 3º - Para cada adiantamento serão extraídas tantas notas de empenho quantas forem as dotações orçamentárias das despesas constantes da requisição.

Art. 4º - O adiantamento de numerário previsto nesta Lei só poderá ser feito para valores correspondentes até 300 (trezentas) vezes o valor do Bonus do Tesouro Nacional- BTN- ou índice que o substituir.

Art. 5º - A comprovação da aplicação de adiantamentos deverá ser apresentada ao Órgão de Contabilidade nos prazos estabelecidos na requisição, os quais não poderão exceder a 30 (trinta) dias a contar do recebimento do numerário.

Art. 6º - VETADO.

Parágrafo único - VETADO.

Art. 7º - Não será concedido novo adiantamento ao servidor em alcance ou responsável por dois outros adiantamento, sem respectiva prestação de contas.

Art. 8º - Os documentos de comprovação das despesas deverão observar os seguintes requisitos:

a) referir-se a despesas realizadas no período indicado na requisição do adiantamento;


b) indicar o nome do Órgão Municipal responsável pela despesa;

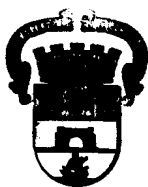
c) provar, mediante atestado junto ao documento de despesa, que os serviços foram efetivamente prestados ou que o material tenha sido recebido pela Repartição, indicando-se o nome e o cargo do responsável por sua guarda e aplicação;

d) conter o visto do titular do Órgão requisitante e do responsável pelo adiantamento.

Art. 9º - A aplicação do adiantamento deverá ocorrer até 31 de dezembro de cada exercício, independente da data do recebimento do numerário, e a prestação de contas deverá ser realizada, improrogavelmente até 15 de janeiro do ano seguinte.

.....





.....

Art. 10 - A não observância dos prazos estabelecidos nos arts. 5º e 9º, sujeitará, o funcionário além das penas dispostas na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, ao pagamento, ao Município ou suas Autarquias, de juros, multa e correção monetária, conforme estabelecido em regulamento cujos valores poderão ser descontados da folha de pagamento do funcionário em caso de não regularização de situação 60 (sessenta) dias após a notificação constatada do art. 6º.

Parágrafo único - As penalidades não incidirão se o descumprimento se der por força maior, devidamente justificada, a juízo da Administração.

Art. 11 - O Órgão de Contabilidade manterá registro individualizado de todos os responsáveis por adiantamentos, de forma a exercer o perfeito controle dos prazos para a respectiva prestação de contas, nos termos dos arts. 5º e 9º desta Lei.

Art. 12 - O regime de adiantamento previsto nesta Lei não dispensa a observância das normas instituídas para as licitações, estabelecidas no Decreto-Lei nº 2300, de 21 de novembro de 1986, e alterações posteriores.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 4553, de 11 de abril de 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1º de agosto de 1990.


Olívio Dutra,
Prefeito.

João Acir Verle,
Secretário Municipal da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

Hélio Corbellini,
Secretário do Governo Municipal.